



134  
cf

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 151250-1 – Recife - PE**

Apelante: CDP - Central Distribuidora de Produtos Ltda.

Advogado: José Antonio Alves de Melo OAB/PE 2803.

Apelado: Manhattan Comércio de Descartáveis Ltda.

Advogado: Carlos Henrique Bevilacqua OAB/SP 183537.

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**EMENTA:** DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. CAUTELAR PREPARATÓRIA DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO E AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE TÍTULO CAMBIAL E DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA APTA A LASTREAR A EMISSÃO DOS TÍTULOS LEVADOS A PROTESTO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS FORMULADOS NAS AÇÕES CAUTELAR E PRINCIPAL E IMPOSIÇÃO DE MULTA À PARTE AUTORA POR LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ. RECURSO DE APELAÇÃO. RELAÇÃO JURÍDICA DECORRENTE DE OPERAÇÕES COMERCIAIS DEVIDAMENTE COMPROVADAS ATRAVÉS DE COMPROVANTES DE RECEBIMENTO DE MERCADORIAS QUE ENSEJARAM A EMISSÃO DAS DUPLICATAS, E DE NOTAS FISCAIS DE DEVOLUÇÃO COM TIMBRE DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA DEVEDORA. LEGITIMIDADE DO PROTESTO E LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ COMPROVADA. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

**DECISÃO:** "À unanimidade de votos negou-se provimento ao recurso nos termos do voto do Relator".

Sessão realizada em 21 de maio de 2014.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da **APELAÇÃO CÍVEL Nº 151250-1**, em que figura como apelante a CDP - Central Distribuidora de Produtos Ltda., e como apelada, a Manhattan Comércio de Descartáveis Ltda., **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso nos termos dos votos anexos, que integram o presente aresto.

Recife, 27 de maio de 2014.

*Adalberto de Oliveira Melo*

**Des. Adalberto de Oliveira Melo**  
**RELATOR**



124  
AB

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 151250-1 – Recife - PE**

Apelante: CDP - Central Distribuidora de Produtos Ltda.

Advogado: José Antonio Alves de Melo OAB/PE 2803.

Apelado: Manhattan Comércio de Descartáveis Ltda.

Advogado: Carlos Henrique Bevilacqua OAB/SP 183537.

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**RELATÓRIO**

Cuida-se de recurso de apelação em face da sentença que julgou improcedentes a medida cautelar de sustação de protesto (nº 001.2006.023758-0) e a ação declaratória de nulidade de títulos e de inexistência de débito (nº 001.2006.026509-5), condenando a entidade ora apelante a pagar as custas processuais, além dos honorários de advogado arbitrados em R\$ 500,00 (quinhentos reais) para cada uma das ações, e de multa por litigância de má-fé no percentual de 1% (um por cento) do valor atribuído a cada uma das causas, atualizado monetariamente até o efetivo pagamento.

Nas razões de fls. 86/92 a entidade apelante aduz, em apertada síntese, que constatou, em processo de reestruturação, uma série de negociações comerciais sem lastro, a exemplo das que deram origem aos títulos questionados; que o juízo a quo equivocou-se ao reconhecer a entrega de mercadorias e a existência do débito com base em fotocópias de documentos apresentadas pelo réu, sem qualquer valor legal porque desacompanhadas dos originais; e que de fato impugnou o conteúdo dos documentos, ao contrário do que assentado na sentença, defendendo a necessidade de exibição dos originais.

Sustenta ser descabida sua condenação por litigância de má-fé, posto que apenas buscou a tutela judicial na defesa de seus direitos, e conclui pugnando pelo provimento do recurso visando a reforma da sentença, a procedência da ação principal e a exclusão da multa, ou, alternativamente, que sejam os autos remetidos ao juízo a quo para o trâmite regular (instrução) da ação.

A entidade apelada contrariou tempestivamente o recurso pugnando pelo seu desprovimento (fls. 107/112).

Autos conclusos. É o relatório.

Ao douto revisor.

Recife, 18 de março de 2014

*Adalberto de Oliveira Melo*  
**Des. Adalberto de Oliveira Melo**  
**Relator**



128  
1

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 151250-1 – Recife - PE**

Apelante: CDP - Central Distribuidora de Produtos Ltda.

Advogado: José Antonio Alves de Melo OAB/PE 2803.

Apelado: Manhattan Comércio de Descartáveis Ltda.

Advogado: Carlos Henrique Bevilacqua OAB/SP 183537.

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**VOTO**

A sociedade empresária ora apelante propôs a ação cautelar de sustação e a ação declaratória de nulidade do título e de inexistência de débito alegando desconhecer "qualquer relação comercial com a empresa requerida", capaz de dar origem à emissão dos títulos levados a protesto pela sociedade empresária ora apelada, com a qual não realizou qualquer transação de compra e venda ou de prestação de serviço (fls. 02/04, dos autos principais).

A entidade ora apelada contestou a ação (principal) aduzindo haver mantido relações comerciais com a autora, consistente na venda de produtos de higiene, limpeza e descartáveis, que ensejaram a emissão das notas fiscais de fatura referidas na exordial, e, por conseguinte, a emissão das duplicatas levadas a protesto por falta de pagamento, acostando aos autos, dentre outros documentos, cópias xerográficas das notas fiscais de fatura números 4664, 4667, 4668 e 4685, bem como dos comprovantes de recebimento das mercadorias nelas mencionadas, além do comprovante de recebimento das mercadorias constantes na nota fiscal de fatura nº 4669, consoante se vê nos documentos de fls. 23/32 e 38/43 dos autos da ação principal.

Ao falar sobre a contestação e documentos apresentados a empresa autora alegou desconhecer-los, alegando serem "merecedores de melhor investigação", e requerendo a exibição dos originais, sob suspeita de "fabricação ou montagem", principalmente das "notas de fls. 66/77, que aparecem sem qualquer assinatura no campo próprio..." (fls. 75/77).

Ora, os documentos de fls. 66/71 são cópias das notas fiscais de devolução de mercadorias adquiridas pela apelante, portanto, por ela própria emitidas, que para além de ratificar a existência de relações comerciais havidas entre as duas sociedades empresárias, lhe atribui

4

eventual responsabilidade por qualquer vício no preenchimento dos documentos, a exemplo da falta de "assinatura no campo próprio".

Outro argumento insustentável da apelante é o de que os comprovantes de recebimento de mercadorias teriam sido "rubricados por pessoas desconhecidas, diversas e não integrantes do quadro de funcionários da autora", posto que ela sequer trouxe aos autos qualquer prova que lastreie o argumento, a exemplo de uma simples relação dos funcionários que compõem seu quadro de colaboradores, além do fato de que com relação às notas fiscais de faturas nº 4443 e nº 4663, as mercadorias foram recebidas mediante a aposição do timbre ou carimbo da entidade apelante.

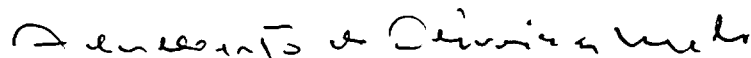
Ademais, se me afigura evidente que a sociedade empresária ora apelante passa por sérias dificuldades financeiras que ensejaram a sua reestruturação, como ela própria refere nas declarações do seu sócio gestor, feitas em reportagem jornalística, na qual assenta haver decidido "sair de algumas praças por razões de lucratividade e interesse comercial. A manutenção dos contratos estava se tornando economicamente inviável", conforme o documento por ela acostado á fl. 78.

Finalmente, no que se refere à imposição de multa por litigância de má-fé à entidade apelante, não vislumbro a possibilidade de afastamento da sanção, na medida em que ao negar com veemência a existência de relação jurídica (comercial) com a apelada, relação essa satisfatoriamente comprovada nos autos, a apelante alterou a verdade dos fatos em juízo, violando os deveres contidos nos incisos I e II, do art. 14, do CPC, e ensejando a imposição da reprimenda com base no art. 17, II, do mesmo diploma legal.

Com estas considerações, nego provimento ao apelo.

É como voto.

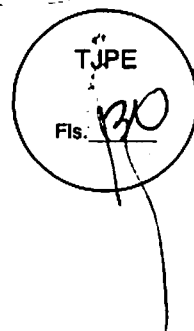
Recife, 21 de maio de 2014



**Des. Adalberto de Oliveira Melo**  
**Relator**



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



2ª CÂMARA CÍVEL

APelação CÍVEL 151250-1 - 34ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
REVISOR: DES. CÂNDIDO J. F. SARAIVA DE MORAES  
APELANTE: CDP - CENTRAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA.  
APELADA: MANHANTAN COMÉRCIO DE DESCARTÁVEIS LTDA.

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de apelação interposta contra sentença (fls. 80/83), a qual julgou improcedentes a i) Ação de Nulidade de Título e Inexistência de Dívidas, asseverando que "houve negócio jurídico entre as partes litigantes, consistente na compra e venda de produtos, com a pertinente remessa e recebimento da mercadoria, de modo que efetivamente caracterizada causa para a emissão das duplicatas em relevo", bem como condenou a Apelante em litigância de má-fé, considerando que esta negou a existência de operação comercial efetivamente demonstrada e ii) Medida Cautelar de Sustação de Protesto, observada a legalidade do apontamento realizado.

A presente demanda reporta-se ao protesto de duplicatas (fls. 05/09), em desfavor da ora Apelante, no valor total de R\$ 1.297,87 (Um mil, duzentos e noventa e sete reais e oitenta e sete centavos), pleiteando a sobredita parte a nulidade de tais títulos, vez que não estabeleceria qualquer relação comercial com a Apelada, apta a originar as referidas cambiais.

Em contestação (fls. 22/32), a Apelada sustenta ter firmado diversas transações comerciais com a Apelante, como faz prova as notas fiscais anexas aos autos (fls. 38/42 e 66/71), bem como os comprovantes de recebimento das mercadorias então adquiridas (fls. 43), o que denota a legalidade dos apontamentos realizados; Pugna, também, pela condenação da Autora/Apelante em litigância de má-fé, considerando que esta negou a existência de débito cuja origem era por ela manifestamente conhecida, nos termos do art. 17, I, II e III do CPC<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Art. 17. Reputa-se litigante de má-fé aquele que:

I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;  
II - alterar a verdade dos fatos;



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*

TJPE

Fls. \_\_\_\_\_

Em suas razões recursais (fls. 85/92), a Apelante suscita a i) necessidade de apresentação dos originais das notas fiscais anexas aos autos (fls. 38/42), vez que a juntada de mera cópia não tem o condão de comprovar as relações comerciais que originaram os débitos exigidos; ii) desconhecimento das assinaturas dos recebedores dos supracitados documentos (fls. 43), não fazendo aqueles parte do seu quadro de funcionários e iii) não cabimento da sua condenação em litigância de má-fé, vez que apenas utilizou-se de via judicial a ela oportunizada.

Contrarrazões (fls. 106/112) pugnando pelo improvimento do recurso

É o relatório, decidido.

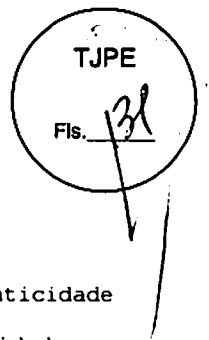
Como é cediço, a duplicata é título de crédito causal cuja origem está necessariamente vinculada a um contrato mercantil - compra e venda ou prestação de serviços. Apresenta-se, dessarte, representativa do crédito originado a partir das referidas operações, tendo por finalidade primordial assegurar a eficaz satisfação do direito detido pelo emitente contra o devedor.

No caso sob exame, muito embora a Apelante sustente que não firmara qualquer relação comercial com a Apelada, esta acosta ao feito provas da aludida transação, mediante apresentação de notas fiscais (fls. 38/42) nos exatos valores das duplicatas protestadas, discriminando-se quais produtos foram solicitados (fls. 05/09), o que reflete a legalidade dos aludidos títulos.

Neste ponto, muito embora a Apelante aduza ser necessária a apresentação dos originais das sobreditas notas fiscais, não vislumbro tal obrigatoriedade, inexistindo qualquer indício de inautenticidade dos citados documentos.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Araújo de Moraes*



Ademais, acaso a Apelante pretendesse questionar a autenticidade dos documentos apresentados, deveria ter oposto incidente de falsidade no momento oportuno e através das vias adequadas, nos termos do art. 390 c/c os arts. 393 e 394, todos do CPC<sup>2</sup>, ao passo que, não o fazendo, operou-se a preclusão temporal, restando descabida a apreciação de tal tema.

Da mesma forma, embora alegue a Apelante que as assinaturas constantes dos canchotos das notas fiscais (fls. 43) não pertencem a seus funcionários, não faz a mínima prova de tal circunstância, sequer juntando a relação de seus empregados, sendo ônus da sobredita parte a demonstração dos fatos constitutivos do seu direito, nos termos do art. 333, I do CPC<sup>3</sup>.

Assim, estando as duplicatas devidamente protestadas e acompanhadas das notas fiscais e respectivos comprovantes de entrega de mercadorias, revelam-se legítimos títulos executivos extrajudiciais, nos termos do art. 15, §2º, da Lei 5.474/68<sup>4</sup>.

Sobre o tema, observe-se a jurisprudência do C. STJ:

.....

**CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROTOCOLO INTEGRADO. REVOGAÇÃO DA SÚMULA N. 256/STJ. DUPLICATA SEM ACEITE. PROTESTO E COMPROVANTE DE ENTREGA DE MERCADORIAS. COMPROVAÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 83/STJ.**

**1. A Corte Especial, no julgamento do AgRg no Ag n. 792.846/SP, relator para acórdão Ministro Luiz Fux, em 21.5.2008, revogou a Súmula n. 256/STJ para admitir a interposição de recurso da competência do STJ por meio de protocolo integrado.**

<sup>2</sup> **Art. 390.** O incidente de falsidade tem lugar em qualquer tempo e grau de jurisdição, incumbindo à parte, contra quem foi produzido o documento, suscitar-lo na contestação ou no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação da sua juntada aos autos.

**Art. 393.** Depois de encerrada a instrução, o incidente de falsidade correrá em apenso aos autos principais; no tribunal processar-se-á perante o relator, observando-se o disposto no artigo antecedente.

**Art. 394.** Logo que for suscitado o incidente de falsidade, o juiz suspenderá o processo principal.

<sup>3</sup> **Art. 333.** O ônus da prova incumbe:

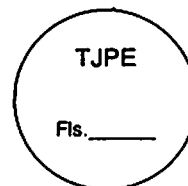
1 - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito;

<sup>4</sup> **Art. 15.** A cobrança judicial de duplicata ou triplicata será efetuada de conformidade com o processo aplicável aos títulos executivos extrajudiciais, de que cogita o Livro II do Código de Processo Civil, quando se tratar:

§ 2º - Processar-se-á também da mesma maneira a execução de duplicata ou triplicata não aceita e não devolvida, desde que haja sido protestada mediante indicações do credor ou do apresentante do título, nos termos do art. 14, preenchidas as condições do inciso II deste artigo.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2. Aplicam-se os óbices previstos nas Súmulas n. 282 e 356/STF quando as questões suscitadas no recurso especial não tenham sido debatidas no acórdão recorrido nem, a respeito, tenham sido opostos embargos declaratórios.

3. A duplicata sem aceite, protestada e acompanhada dos comprovantes de entrega de mercadoria é título executivo extrajudicial hábil à instauração do processo de execução.

*Precedentes.*

(...)

6. Agravo regimental provido para negar provimento ao agravo de instrumento. (AgRg no Ag 1118574/SP, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, 4ª Turma, DJe 10/05/2010). (g.n.).

.....

**PROCESSO CIVIL. AGRAVO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. DUPLICATA.**

- A instrução da execução com as notas fiscais, os comprovantes de entrega da mercadoria e os respectivos instrumentos de protesto por indicação, supre a ausência da duplicata não aceita e retida pelo sacado. *Precedentes.* (AgRg nos EDcl no Ag 465.075/DF, Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, DJ 19/05/2003 p. 227). (g.n.)

.....

Em assim sendo, resta como único argumento viável a desconstituir o direito de protesto a prova inequívoca da quitação do débito em análise, o que não fora apresentado pela Apelante.

Por fim, no tocante à litigância de má-fé, e uma vez demonstrada a existência de relação negocial entre as partes, anterior, inclusive, ao vencimento das duplicatas ora exigidas (01.06.2006 - fls. 38/42), como faz prova as notas de devolução anexas aos autos (fls. 66/71), datadas de 05/2006, entendo que de fato a Apelante "alterou a verdade dos fatos" (art. 17, II do CPC), ao alegar que desconhecia a realização de qualquer transação com o Apelada, restando devida a incidência da aludida sanção.

Diante de todo o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao apelo, mantendo a sentença em todos os seus termos.

É como voto.

Recife,

*210574*  
*[Assinatura]*

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Revisor